



Anais da Assembléia

Nº 65

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

**2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA
ATA DA 63.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1980
SEXTA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Romero Filho e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com respaldo no Regimento Interno e deste Plenário, REQUER a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. ANTÔNIO LEMOS, ocorrido na Cidade de Cascavel.

O Sr. ANTÔNIO LEMOS, durante 5 anos foi funcionário da Industrial Madeireira em Cascavel, sendo um exemplo como funcionário e amigo.

ANTÔNIO LEMOS veio desaparecer tragicamente assassinado em Cascavel.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ERNESTINA

DUQUE DE CASTRO, ocorrido no dia 7 p. passado, na Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Requer outrossim, que do presente seja dado ciência à família entulada, através de telegrama.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, REQUER seja expedido apelo urgente ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, objetivando a pavimentação da rodovia TOLEDO-VERA CRUZ DO OESTE, de máxima importância para os dois municípios e toda região, reforçando o sistema viário do Paraná, inclusive beneficiando importante e sacrificado Distrito de São Pedro (Toledo).

Com cópias às Câmaras Municipais de Toledo e Céu Azul, bem como respectivos prefeitos.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

Ninguém desconhece a importância dos Municípios de Toledo, Céu Azul e do recém criado Vera Cruz do Oeste, no contexto da economia paranaense.

No entanto, até hoje inexistente ligação pavimentada entre tais unidades municipais, gerando dificuldades de toda ordem e impedindo maior celeridade no desenvolvimento da micro região.

Acresce-se, ainda, que no ano de 1979 já era considerada como obra prioritária na região, com promessas do Governo e autoridades locais de que teríamos o início da pavimentação de imediato.

Todavia, até hoje nem os trabalhos iniciais são constatados, gerando impaciência e desestímulo aos municípios.

Além do mais, tal rodovia pavimentada também beneficiará o sacrificado Distrito de São Pedro, que vem sofrendo há mais de 17 anos, os problemas de todos conhecidos, com o conflito possessório entre BANESTADO e grupo Padovani.

E, agora, quando a demanda encontra-se na sua parte derradeira, cabe premiar àquela comunidade com a obra reclamada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Com base no artigo 70 do Regimento Interno, renuncio, nesta data, a condição de membro efetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito que estuda prováveis irregularidades no DETRAN.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1980.

(a) RENATO BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Eu, abaixo assinado, José Domingos Borges Teixeira, Deputado Estadual, com base no artigo 70 do Regimento Interno, renuncio a condição de Suplente de Comissão Parlamentar de Inquérito para levantar irregularidades no Departamento de Trânsito.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 82/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os defensivos agropecuários que apresentam nocividade ou periculosidade à saúde ou ao meio-ambiente, conforme classificação a ser estabelecida, no mínimo uma vez por ano, pelo TECPAR (Instituto Tecnológico do Paraná), IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), IBSP (Instituto Biológico de São Paulo) ou CETRS (Centro de Estudos de Toxicologia do Rio Grande do Sul), somente poderão ser vendidos mediante a apresentação de receituário firmado por Engenheiro-Agrônomo ou Veterinário, gratuitamente, a serviço da EMATER/PR.

Parágrafo único. Considera-se defensivos agrícolas, para efeito desta lei, todas as substâncias ou misturas de substâncias, de natureza química ou biológica a serem aplicadas às plantas ou animais, com a finalidade de prevenir, destruir ou repelir insetos, pragas, vermes, doenças ou ervas daninhas que sejam prejudiciais ao desenvolvimento normal.

Art. 2.º — O receituário, tratado no artigo anterior, deverá ser prescrito de conformidade com as características da região e conterá os seguintes itens:

- I - espécie,
- II - precauções e dados sobre toxicidade;
- III - aplicação máxima e mínima, quando for o caso;
- IV - tempo de uso de exposição ou aplicação;
- V - equipamento a ser usado

Art. 3.º — A Secretaria de Estado da Agricultura compete fiscalizar o cumprimento do estabelecido na presente lei.

Art. 4.º — Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, os que deixarem de cumprir o disposto nesta lei ficarão sujeitos às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, aos estabelecimentos comerciais, variáveis entre 5 (cinco) a 20 (vinte) vezes o salário mínimo regional;
- III - embargo do produto.

Art. 5.º — O Poder Executivo baixará, após ouvirem a Associação dos Agrônomos do Paraná e o CONFEA (Conselho Federal de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos) no prazo de 90 (noventa) dias, o Regulamento e demais medidas complementares que se fizerem necessárias à execução da presente lei, inclusive sobre a forma de implementá-la nos municípios onde inexistir profissional habilitado ou escritório da EMATER/PR.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

O VENENO NOSSO DE CADA DIA

a) Os defensivos agrícolas são usados em maior quantidade a cada dia que passa e ganham um número mais variado de aplicações.

Nos últimos 15 anos, o consumo no País aumentou em mais de 15 vezes.

Tanto, que hoje os grandes fabricantes mundiais de agroquímicos, consideram a região Centro-Sul do Brasil um dos mais promissores e competitivos mercados consumidores do mundo.

Nosso País está entre os 4 (quatro) maiores consumidores de defensivos agropecuários do mundo, sendo que os Estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul consomem noventa por cento destes insumos.

Acresce-se ainda, que setenta por cento do total de defensivos utilizados são usados.

Segundo dados da Revista "A GRANJA" n.º 375, de abril

de 1979, "o Brasil situa-se hoje, entre os maiores consumidores mundiais de defensivos.

De 70 a 74, o consumo aumentou em cento e cinquenta por cento, passando de quarenta mil para cento e uma mil toneladas.

Em 75, as vendas no setor atingiram duzentos e quinze mil toneladas, superando as expectativas de consumo para 79 (duzentos e quatorze mil toneladas) e situando-se pouco abaixo das previsões para 80 (duzentos e trinta mil toneladas).

b) - Mas, ficamos perplexos quando vemos que há casos de pragas que, em vez de serem destruídas, estão sendo estimuladas, tal é o mau emprego de defensivos agrícolas em nosso País.

c) - Já os brasileiros, hoje, em sua alimentação, consomem inseticidas, em quantidade VINTE VEZES SUPERIOR AO PADRÃO MÁXIMO ESTABELECIDO pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 0.005 miligramas por quilo/dia de alimentos ingeridos;

d) - Nos últimos 10 anos, registraram-se, em nosso País, mais de uma centena de mortes e mais de dois mil envenenamentos de pessoas nas zonas rurais, cujas plantações foram tratadas com defensivos.

Esta é uma estatística somente de casos oficiais, não se levando em conta os casos de pessoas afetadas que não procuraram as Secretarias de Saúde dos respectivos Estados,

e) - Só no ano de 1974, segundo o professor gaúcho J.J. Carneiro, morreram intoxicados por DDT, no Rio Grande do Sul, cerca de 400 bois que, rompendo uma cerca, invadiram uma plantação de soja tratada com pesticida.

Soma-se, ainda, que aqui, no Estado do Paraná, em determinadas regiões, a maioria dos rios estão contaminados, fazendo com que os peixes sejam praticamente exterminados.

f) - Além disso, alguns países que importam nossos produtos agropecuários os estão devolvendo porque o teor de pesticida dos mesmos estão acima dos níveis permitidos pelas suas legislações.

Os Estados Unidos, por exemplo, já devolveram ao Brasil uma partida de carne industrializada por conter pesticida acima dos níveis tolerados por aquele País.

Diversos países europeus, por outro lado, deixaram de comprar palmitos brasileiros pelo mesmo motivo.

g) - No entanto, os casos que vêm à tona são mínimos, pois os estragos e prejuízos advindos do uso indiscriminado de defensivos agrícolas são os mais diversos.

O solo, a planta e o animal estão doentes por causa dos defensivos, o que compromete ainda mais a já tão debilitada saúde do homem.

h) - Ademais, os defensivos agrícolas não são específicos, uma vez que matam a praga e ao mesmo tempo matam outras formas de vida, desencadeando, por conseguinte, violentos processos de desequilíbrio ecológico.

i) - Como o defensivo agrícola é um dos recursos necessários para o desenvolvimento da agricultura e paralelamente é também um dos mais temíveis pelos prejuízos que pode causar à saúde do homem e ao equilíbrio da natureza, o seu consumo e uso devem ser controlados, através de prescrição de agrônomo, visando a segurança de meio ambiente e da saúde pública.

Com o receituário por certo se dificultará um pouco a disseminação dos defensivos agrícolas, impedindo, assim, a depredação da natureza.

O Rio Grande do Sul, exemplificando, adotou o receituário há questão de 2 anos, reduzindo, conseqüentemente, em mais de trinta por cento o uso de produtos químicos na agricultura.

É certo que a adoção obrigatória do receituário agrônomo não resolverá o problema, mas minimizará a questão da

saúde e meio-ambiente, em razão do uso indiscriminado de defensivos agrícolas.

Por isso, nosso objetivo com este Projeto. Inclusive, para provocar ainda mais a necessária conscientização popular ante a gravidade da questão.

Por fim, que não se alegue ausência de competência desta Casa para legislar sobre a matéria.

Basta verificar que aos Estados são conferidos todos os poderes que, explicitamente ou implicitamente, não lhes sejam vedados pela Constituição Federal - art. 13.º, § 1.º.

E nas competências conferidas à União para legislar, enumeradas no inciso XVII, do art. 7.º, da Constituição Federal, não consta a de legislar sobre meio-ambiente.

Por exclusão, o Estado pode dispor sobre a matéria.

Procede, pois, a presente proposta de lei, com a convicção de que qualquer outro obstáculo legalista será superado para que esta Casa preste um importante serviço à saúde do homem e ao equilíbrio da natureza.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado João Mansur, inscrito.

O SR. JOÃO MANSUR Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê).

Nosso País navega por águas turvas. A nau está fazendo água e, apesar dos esforços do timoneiro, os recifes estão à vista e muito pouco se poderá fazer para evitar o naufrágio.

Difícilmente a tradição nacional do "sempre dar um jeitinho em tudo" conseguirá fazer o Brasil vencer esta fase aguda de seu processo evolutivo. É preciso uma reação real. O mutirão político para emergir a Nação da estagnação.

Para muitos chegamos à encruzilhada do qual não mais podemos dar marcha-a-ré, ou mantemos este desenvolvimento artificial e convivemos com a hiperinflação que se aproxima assustadoramente, já beirando os cem por cento ou partimos para o caminho da contenção com a obrigatoriedade de admitirmos a recessão com seus males conhecidos.

E a quem cabe a culpa do momento atual?

Certamente não poderemos nos culpabilizar, nós políticos, que no decorrer desses anos nos defasamos em favor de uma nova classe, a tecnocracia.

A esta sim! À classe das escrivadinhas podemos atribuir grande parte do que padecemos hoje.

Não importa se para os pessimistas vivemos uma crise ou se, para os otimistas, se faz necessário acelerar o desenvolvimento. O fato é que a população brasileira se encontra angustiada, e, sobretudo, atingida na sua sobrevivência, ante a vida difícil que está levando.

O povo e, principalmente nós políticos, seus representantes não podemos mais aceitar que meia dúzia de teóricos, românticos alienados da realidade social, perturbem, de suas confortáveis poltronas acolhoadas, a vida da Nação, com alquimias frustradas, na busca da Pedra Filosofal Delfiniana.

A grande verdade, Srs. Deputados é que existe um grande esvaziamento das instituições políticas nacionais e a responsabilidade deste fenômeno está no fato de que a ciência e a tecnologia assumiram importância, cada vez maior, em detrimento do homem, razão principal de toda esta parafernália que é a administração pública.

Os efeitos negativos deste tipo de progresso, progresso entre aspas, se faz sentir sobre o desenvolvimento cultural e social da coletividade brasileira.

O que se tenta na atual conjuntura é que a Nação apoie as regras de sua desventura e conviva com sacrifícios ainda maiores, em nome de uma democracia futura, mais ampla que a atual.

Não temos mais suporte físico para aguardar uma melhor democracia. Se faz necessário alguma providência para que ela esteja breve entre nós.

Não pode se falar em democracia na hora em que os estômagos roncam! Deixemos de lado discussões estereis sobre o jogo político, quando a inanção ronda os lares menores. Quando o bóia-fria, figura já parte do nosso folclore, perambula pelas cidades, zumbis oriundos da mecanização rural mal planejada e criada por quem nunca viu o campo.

Vivemos no País das incongruências. Precisamos criar dois milhões de novos empregos para absorver a mão-de-obra liberada pelas universidades e, em contraposição, sabemos que esta mão-de-obra, é ruim porque assim também o é o ensino ministrado.

Possuímos imensos espaços vazios a serem preenchidos em todo território nacional e que poderiam ser melhor alcançados se não existisse uma mortalidade infantil que extermina 107.8 crianças a cada mil nascimentos.

Cabe a nós políticos, encontrarmos uma saída para o problema nacional, que foi piorado quando nos marginalizaram.

Se faz necessário um amplo movimento em favor a revisão de nossa política nacional a fim de definir um modelo para o nosso caminho.

É preciso que o Brasil defina o que pretende fazer e qual o perfil que deseja preparar e onde a política governamental pretende chegar.

É urgente uma revisão em nossos gastos administrativos. Eles precisam ser adequados ao tamanho de nossos bolsos.

Precisa-se reorientar os investimentos econômicos e administrativos para as áreas que apresentem condições de alcançar um desenvolvimento auto-sustentado. Os investimentos em termos de infra-estrutura não podem ser aproveitados exclusivamente por projetos intensificados de capital, mas devem, ao contrário, constituir a base da dimensão social do desenvolvimento.

De que nos adianta este progresso atual, simples visual que não atinge a grande massa brasileira?

Um progresso estrangeiro, onde a marginalização dos setores público e privado nacionais é patente.

A tecnocracia inventou a política do "Plano que o Governo garante" e ela foi se somar às inúmeras frustrações que o nosso homem do campo vem sofrendo.

Para que a confiança popular retorne aos que governam somente alterações de base resolverão. E, nelas fatalmente o prestígio à classe política está incluído.

Se foi ruim com ela, pior sem ela.

Somente a revisão política com os legislativos restabelecidos em suas prerrogativas para voltarmos à plenitude democrática.

Concluindo, conclamo a classe política para uma arregimentação em prol do preenchimento do vazio político que existe e que é incômodo e prejudicial ao jogo democrático, com a criação de uma nova modalidade política, rica de conteúdo e lastreada em uma ideologia mais nacionalista e menos partidária, apoiada em atos inteligentes para que se promova um parlamento consciente.

Sr. Presidente.

Srs. Deputados.

Continua de pé a proposta que fiz no início da atual Legislatura, a Deputados de ambos os partidos para formular um documento que discutido, debatido e aprovado pelo Poder Legislativo do Paraná pelas classes produtoras de nosso Estado e pelos demais setores da vida paranaense, documento esse que servirá de ideário a ser levado às demais Assembléias do Brasil, para juntos oferecer a Nação como uma contribuição efetiva da classe política e empresarial no encaminhamento de solu-

ções para a difícil quadra em que vivemos, com coragem e com civismo porque acreditamos no Brasil, que é permanente e que em breve há de figurar junto as maiores potências do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

Exatamente na data de hoje, no ano passado, por ser comemorado o Dia do Turista, fiz pronunciamento nesta Casa, enfocando alguns aspectos relacionados com a importância do Turismo em nosso Estado.

Pelo mesmo motivo ocupo a tribuna agora, para dizer que entendo o turismo sempre relacionado com os mais altos valores culturais e espirituais de nossa gente e de nossa terra.

O Governador Ney Braga em suas "Diretrizes Globais" diz: "Todas as manifestações culturais paranaenses, desde culinária até festas religiosas, desde o perfil folclórico das etnias que compõem a estrutura populacional até os hábitos de vida e lazer nos centros urbanos merecem interesse e amparo".

Desta judiciosa citação, de Sua Excelência o Governador Ney Braga, destacarei as palavras "festas religiosas", "lazer" e "merecem interesse e amparo" para tecer algumas considerações, que tenho certeza merecerão a atenção de alguns de seus ilustres auxiliares, no sentido de que compreendam que nós Deputados, representamos as aspirações do povo e aqui transmitimos o que precisa, o que pode e o que deve ser feito.

Sobre "festas religiosas" o registro marcante, histórico e inédito será incontestavelmente a visita a Curitiba, de Sua Santidade o Papa João Paulo II e para a qual este Poder Legislativo teve, acredito eu, também valiosa participação, através de proposição de minha autoria e que haverá de ensejar um afluxo a nossa Capital de milhares de pessoas que precisarão contar com estruturas adequadas e suficientes para hospedá-las condignamente.

A professora Deanna Farah, coordenadora do Curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná, citando Joffre Dumazedier, diz: — lazer é "uma série de ocupações com as quais o indivíduo pode comprazer-se de livre e espontânea vontade - quer para descansar, divertir-se, enriquecer seus conhecimentos ou aprimorar suas habilidades desinteressadamente, quer para aumentar sua participação voluntária na vida da comunidade após cumprir seus deveres familiares e sociais". Conclui: "neste sentido é que vemos as estreitas relações entre Turismo e lazer, dado que o primeiro é uma das formas de se desfrutar do segundo."

Deixarei para o final, as palavras do Governador Ney Braga "merecem interesse e amparo" como igualmente um requerimento que espero seja aprovado por esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Camping de Curitiba, Entidade de utilidade pública é uma das cinquenta e três áreas de acampamento pertencentes à rede nacional de Camping Clube do Brasil, com terreno de 20.000m², situado às margens da BR-116 (km 4 da saída para São Paulo), dispõe de casa de guarda, camping, banheiros masculinos e femininos, sauna, lago, canchas de esportes, playground infantil, churrasqueiras, bosque, conjunto lava-roupas e lava-pratos, cantina-restaurant e pavilhões de festas.

Desde sua inauguração em 1971 já hospedou até o momento 60.978 campistas provenientes de quase todos os Estados brasileiros e muitos do exterior.

Além de sua utilização como área de acampamento tem-se prestado também à realização de festividades incluídas no Calendário de Eventos Turísticos da PARANATUR. E o Camping para ser um dos melhores do Brasil, necessita apenas

de uma melhoria, que por suas peculiaridades merecem interesse e amparo" do Poder Público, isto é, o revestimento anti-pó das suas ruas internas.

Para a consecução desse objetivo a Diretoria Regional do Setor Paraná - Santa Catarina do Camping Clube do Brasil, manteve durante o ano passado contatos com o DER, PARANATUR e Prefeitura Municipal.

De positivo, o que se conseguiu foi o interesse e amparo do Ilustre Diretor do Departamento Rodoviário da Prefeitura, Engenheiro Balduíno Grubba que em março de 1979, colocou à disposição do Camping os serviços de mão-de-obra necessários, desde que o clube conseguisse o material requerido, orçado na época em Cr\$ 62.250,00 (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros). Por falta de verba esse material não foi adquirido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo, para finalizar, que este meu pronunciamento seja incluído como justificativa do requerimento que passarei a ler.

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios aos Senhores Secretário dos Transportes, Prefeito de Curitiba e Diretor da PARANATUR para que conjuguem seus esforços no sentido de atender, dentro do menor prazo possível, antes da chegada de sua Santidade o Papa João Paulo II, a reivindicação do Camping Clube de Curitiba, fazendo o revestimento anti-pó das suas ruas internas.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1980.

(a) RENATO BUENO"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, no Pequeno Expediente.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É evidente que não queremos, desta tribuna, criticar ou rebater algumas críticas a nós especificamente endereçadas, no dia de ontem, num programa de televisão, o qual tem a direção do nobre Deputado Nestor Baptista.

Queria, Sr. Presidente, antes deste reparo, fazer um parêntesis, porque tenho, evidentemente, muita consideração, grande apreço por esse eminente Deputado, mesmo porque conheço seu pai, há muitos e muitos anos. Por isso, me causa espécie quando vejo esse moço, esse Parlamentar, usar da tribuna desta Casa para criticar, para condenar os Membros da CPI do DETRAN por ele requerida.

Quero, Srs. Deputados, nesta oportunidade, não pedir desculpas, porque tenho certeza que o Deputado Nestor Baptista conhece e entende perfeitamente o porquê do meu não comparecimento na CPI do DETRAN. Não sei, qual o mais importante na vida de um homem público, se comparecer como membro de uma CPI tão importante como essa, ou se dar atendimento à sua comuna, aos seus prefeitos, aos seus municípios, porque entende este Deputado, que nossos municípios que atravessam, realmente uma das piores situações que já existiram neste País.

E nós que temos obrigação de dar atendimento a esses municípios, nós que fomos para cá mandados pelo homem do interior, pelo homem que vive afastado dos problemas cotidianos desta Capital, temos entendido eu - a obrigação de atender

esses municípios quando aqui vêm para tentar levar ao seu município, a sua gente, alguma coisa mais palpável, mais justa, para melhorar um pouco a situação de sua gente.

É por isso que venho à tribuna, para justificar a minha falta evidente, o não comparecimento, como membro de uma CPI tão importante como essa CPI do DETRAN.

Talvez, Sr. Deputado, na próxima reunião venha a acontecer a mesma coisa. E fico na dúvida, não sei se vou à CPI do DETRAN ou se vou atender os meus municípios de outros rincões.

Fica aqui, nobre Deputado Nestor Baptista, o meu esclarecimento. Vossa Excelência que tem a direção de um programa de televisão, nós não temos. Não podemos comparecer a um programa de televisão para publicamente justificar a nossa ausência, para fazer a nossa defesa e Vossa Excelência que tem essa regalia que poucos Deputados aqui a têm, peço-lhe, encarecidamente, que, quando das próximas reuniões dessa CPI entenda a nossa ausência se, porventura, ocorrer.

Portanto, nobre Deputado Nestor Baptista, espero que Vossa Excelência entenda perfeitamente a nossa posição.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto a Liderança do PP se deseja fazer uso da palavra.

O SR. DÁCIO LEONEL — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário reservado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Usará da palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa nacional, ontem, estampava que o Líder no Senado, do partido governista, Senador Jarbas Passarinho, afirmara, em conferência na Escola Superior de Guerra, de que a Igreja quer derrubar o poder.

O Senador Jarbas Passarinho, diz a notícia, ao falar na Escola Superior de Guerra, sobre o tema: "Os partidos políticos", criticou a posição da Igreja em relação aos problemas fundiários, afirmando que "a orientação da CNBB cria clima para revoltas que levam à luta de classe."

Segundo ele, "uma parte da Igreja Católica está pregando a derrubada do governo brasileiro, merecendo, por isso, reiterados elogios dos comunistas."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o País, e hoje já ouvimos de um ilustre Deputado governista, nesta Casa, está à beira do caos.

Vivemos a fase intranquilha da aguda crise econômica, da tensa crise social e da perplexa situação política.

Neste esforço gigantesco da Nação, em busca de seu destino, com a retomada de seus direitos políticos, o esforço para chegar a uma democracia, é o governo, na verdade, quem está promovendo a intranquilidade social.

É o governo quem promove a tensão e a intranquilidade, porque a autoridade maior, na sua ilegitimidade, ainda depende de seus braços clandestinos, nos serviços ditos de segurança.

Serviços esses que se superpõem aos alinhamentos técnicos e programáticos do próprio Governo. E, de repente, não mais que de repente, as Assembléias não existem mais; o Congresso Nacional é acanhado; a opinião pública é relegada; a manifestação de nossas autoridades que não estão integradas no servilismo, no oficialismo e na técnico-burocracia, são alijadas.

E o que se vê? O desfile de depoimentos e conferências na Escola Superior de Guerra, como se lá estivesse a consciên-

cia da Nação, como se lá fosse, na verdade, o laboratório deste País, olvidando seu povo e a inteligência da Pátria.

A Escola Superior de Guerra passa a receber esse desfile de autoridades oficialistas, como se lá fossem, tão somente, para tentar se justificar, para tentar lá convencer, como se lá estivessem os grandes conselheiros do Império Romano, como se lá estivessem as sabedorias máximas deste continente chamado Brasil.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na nossa concepção, a Escola Superior de Guerra vale muito menos que esta Assembléia Legislativa. Porque aqui há representação pública pelo voto sério, direto, com todas as dificuldades que sabemos, com todos os desencontros que também conhecemos, mas esta Assembléia, o Congresso Nacional, atrofiado, acanhado, com o vício da bioncidade, valem muito mais do que determinados órgãos quase que paraestatais, que ficam prestando ditos serviços de segurança mas que, se analisarmos com profundidade, são lá que se produzem as formas ditas mágicas dos também ditos milagres econômicos que estão aí a infelicitizar o povo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os legislativos, são o foro natural para exatamente se debater, se criticar, se trazer alternativas, se projetar o País que nós queremos. Não são alguns determinados escolhidos, sapientes, que de hora a outra, são consultados para dar a coordenada da ação política, econômica e social da Nação. E aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Líder da maioria no Senado da República vai também prestar as suas continhas, na Escola Superior de Guerra e em outras coisas, diz que a Igreja quer derrubar o Governo.

Não é a incompetência da tecnoburocracia que vai derrubar esse Governo não, é a Igreja. Não é a incompetência das equipes ministeriais desse Regime, desse Governo, que ira derrubar o que ainda existe, segundo o Ministro, a Igreja.

Não são os desastres da inflação, da dívida externa, a impotência para analisar o problema energético e suas alternativas. Não é o custo de vida, não são os desacertos que todo o dia esbofeteiam a consciência nacional desses 16 anos de desencontros administrativos. Não, é a Igreja que derrubará o Governo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Líder máximo no Senado da República no Governo, faz esse tipo de avaliação, a coisa está pior do que imaginávamos. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa sexta-feira há que se refletir todos esses encontros que vemos toda semana se repetir, se procura obstáculo para a volta das prerrogativas do parlamento maior, cria-se toda uma mecânica para aviltar a presença do político, e na verdade, está lá o laboratório intocável, dentro de uma doutrina maior de segurança nacional, com os ideólogos da geo-política e eis que esse laboratório chamado de Escola Superior de Guerra, cujas expressões maiores exatamente na América Latina estão no Brasil, e coincidentemente no Chile, querem dizer que destino devemos tomar, que coisas devemos fazer, que alternativas que pretende a Nação e que coisas há que se fazer nessa Pátria.

Tem o aparte o Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Agradeço a Vossa Excelência. Devo dizer o seguinte: que, se a Igreja derrubar o Governo, a Igreja está coerente. Porque foi a Igreja que derrubou o Governo anterior e colocou ou deu condições políticas no meio popular, dos homens que hoje formam o Governo de iram para o Poder. Em 64, foi a Marcha com Deus, a Família e a Liberdade, que efetivamente deu condições populares a que esses homens que não tinham voto, porque sempre os militares disputaram eleições no Brasil e nunca ganharam pelo voto, e esta é a verdade, e chegaram ao Poder.

Se, a Igreja derrubar o Governo hoje, ou conseguir contribuir para a derrubada, ela está sendo coerente, porque a mesma situação de 64 é a mesma de hoje. Mas, a inflação de

64 e hoje, é a mesma, a desesperança do povo é a mesma. Só acho que há mais agravantes hoje que em 64, pois não tínhamos a tremenda dívida externa, não tínhamos a nossa economia entregue totalmente ao capital estrangeiro.

Então, nobre Deputado, acho que é incoerente o Sr. Jarbas Passarinho, que usou a Igreja para derrubar o Governo em 64, e depois, fracassando totalmente, hoje não quer entender a coerência que a Igreja tem, ela está protegendo os mais humildes.

Então, acredito que realmente, os homens do atual sistema passam um atestado de incoerência e incapacidade.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu aparte, e só acrescentaria que a Igreja está resgatando a dívida muito grande que ela tem com a Nação.

Tem o aparte o Sr. Deputado Gernote Kirinus. O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Nelson, é muito simples entender hoje a posição da Igreja. Não poderia a Igreja, que se diz portadora da mensagem do amor cristão, da liberdade e da fraternidade, silenciar diante de tanta miséria e marginalização do homem.

A Igreja hoje, está se reencontrando com sua mais sagrada missão legada por Cristo, qual seja, zelar pelo bem-estar do homem. Do homem todo e de todos os homens. Passou-se a época em que se dividia o homem em duas partes: o homem alma e o homem corpo. Sabemos que hoje o ser humano, e sempre foi assim considerado, principalmente na doutrina judaica, onde herdamos o conceito do homem, o homem como sendo um ser psicossomático, em sua totalidade. Não pode estar saudável a alma, se está doente o corpo.

A Igreja, entendendo isso, passou a se reencontrar com a sua sagrada missão, como dizia. E se digo reencontrar, é por que ontem, ainda, assistimos uma igreja que fazia comunhão de mesa com os poderosos, que oprimia os seus súditos. Hoje, temos uma igreja com a sua mensagem, coerente com a doutrina da caridade, da fraternidade e da justiça, da liberdade e do amor ao homem, colocando o homem no centro das coisas.

Ela está fiel à doutrina de Cristo, e não à doutrina da segurança nacional, e eu fico com esta doutrina da Igreja cristã.

É somente isso que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e que procede, no todo, ampliando, inclusive, a força do raciocínio que aqui desenvolvíamos.

Como temos mais dois minutos, pediria que o Deputado Darcy Deitos e em seguida o Deputado Fiori Luiz, fossem breves, para apenas concluirmos este pronunciamento.

O Sr. Darcy Deitos — Ilustre Deputado, tão somente para colocar o seguinte: que, no momento em que a Igreja no Brasil, pela primeira vez, passa a se ocupar, a se preocupar com os oprimidos, com os necessitados, com os injustiçados, quando a Igreja do Brasil realmente passa a falar para o povo e não a falar do povo; quando ela deixa tão somente de defender os poderosos e passa a se preocupar com a sua finalidade específica, que é ajudar o povo, ela é tachada, aqui no Brasil, de comunista.

Isto sim é um absurdo, eminente Deputado Nelson, porque a Igreja, hoje sim, a Igreja pode-se dizer que é uma das mais progressistas do mundo, a Igreja brasileira, porque realmente está empenhada em resolver os problemas do homem brasileiro, que são inúmeros e que, tenho certeza, se Deus quiser, um dia haremos de consequir.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado.

Efetivamente, a indústria do anti-comunismo joga na tábua rasa a Igreja, o político, o sindicato, a universidade e todos, enfim.

O SR. PRESIDENTE — (Vossa Excelência está com o prazo esgotado. A Presidência lhe concede meio minuto para concluir.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, Sr. Presidente, pedindo desculpas por não conceder os demais apertes, dizendo que precisamos identificar, na verdade, não só os inimigos do futuro do País, mas aqueles que procuram escamotear a realidade, porque nós entendemos que a maior responsabilidade da crise que aí está, é do sistema que se implantou no País, e não são representantes desta quase massa pré-falimentar que é o sistema, como do Líder da maioria no Senado da República que, com colocações desse tipo, que haremos de tomar o rumo certo no futuro perigoso do País.

Só teremos a solução com a convocação da Assembleia Constituinte, a máxima participação popular nos parlamentos e os movimentos sociais em todos os recantos deste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Consulto a Liderança do PTB, se deseja usar o horário que lhe é reservado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Falará o Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, primeiramente, registrar nos Anais da Casa, uma correspondência que recebi de Mandaguáçu, de um ilustre edil, para mostrar a força da imprensa, em primeiro lugar. Segundo, para destacar o alerta desses ilustres vereadores aos problemas do dia a dia, aos problemas da comunidade, aos problemas municipais, estaduais e federais, que estão atentos e acompanham nossos trabalhos.

Então, fiquei feliz com essa correspondência que recebi do Vereador Delcir da Silva Rocha, de Mandaguáçu.

Diz ele, (Lê):

“Lendo o Jornal O ESTADO DO PARANÁ, do dia de hoje, vi com grande satisfação a notícia veiculada, no qual Vossa Excelência indica ao Secretário de Recursos Humanos, a colocação de Biólogos na reclassificação de cargos do funcionalismo estadual.

Por este motivo, quero cumprimentá-lo pela iniciativa que vem de encontro aos anseios da classe, e mais ainda, que esta decisão é uma vitória para os Biólogos de todo o Paraná.

Apesar de eu ser Vereador pelo PDS, nada implica em transmitir a Vossa Excelência os agradecimentos, pela tão grande idéia, porque acredito que, o que vale em um homem, é o seu NOME, e não a sua SIGLA.

Estes cumprimentos são extensivos a todos os Deputados que apoiaram esta iniciativa.

Esperando apenas que todos juntos realizem o sonho da classe, unindo todos os Deputados de todos os Partidos políticos, porque nesta reivindicação não se vê política, e sim, JUSTIÇA.

Nada mais a tratar, apresento os meus protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Prof. DELCIR DA SILVA ROCHA

Vereador”.

Fiquei muito feliz com esta correspondência, porque o Paraná todo está acompanhando o trabalho dos Srs. Deputados, com muita atenção.

Por outro lado, gostaria de, ainda, com referência ao assunto levantado aqui pelo Companheiro do PMDB, Nelson Friedrich, dizer que esse também é o nosso pensamento. Também estamos atentos a todas as ações da Igreja; sempre sentimos o posicionamento correto, o posicionamento de coerência e sempre pensando no pobre, sempre pensando no trabalhador. Porque, a Igreja segue os preceitos do próprio Jesus Cristo, ação preferencial aos pobres.

Por isso assim entendemos que é justa essa posição da Igreja, e temos certeza que ela assumirá um comando que irá traduzir, ainda, em posição histórica dentro deste País.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, realmente, é triste saber-se que os nossos problemas sócio-econômicos estão sendo debatidos dentro da Escola Superior de Guerra.

Mas, se olharmos os fatos pelo lado do humorismo, até que se encaixam: porque, há dias, o Delfim disse que ia trocar idéias com o Jânio Quadros sobre o problema da inflação. Quer dizer: juntou uma dupla que até Deus duvida. Quer dizer: o Nostradamus estava certo, é o fim dos tempos. É o Magro fujão e o Gordo multinacional.

Mas, com relação ao problema da Igreja, no Brasil, ela se pronunciou recentemente sobre a política social, no documento: "Subsídios para uma Política Social" e mais aproximadamente, sobre o problema da terra, no documento: "Igreja e o Problema da Terra".

A Igreja, nesses documentos, nobre Deputado, se compromete concretamente com os trabalhadores, até as últimas consequências. Está aí a greve dos metalúrgicos do ABC, a Igreja de São Paulo e Santo André, para provar a seriedade da opção e do compromisso da Igreja com os oprimidos, com aqueles que não têm voz nem têm vez.

Temos o Documento de Puebla, e um dos trechos seguinte:

"A Igreja estava comprometida com os poderosos, com a estrutura social opressora -- remember 64 -- agora, se compromete mais com o povo".

E, no outro documento:

"Alguns Bispos do Brasil, representando também o sentimento de todos os outros, perceberam que nosso País está passando por um momento muito difícil. Esses Bispos resolveram pedir ao Instituto que é especialista em Assuntos de Questão Social, para estudar e pensar nesse tema e apresentar suas conclusões.

Esse Instituto é ligado aos Bispos e aprovado por eles.

Esse grupo de Bispos recebeu as conclusões do Instituto, fez uma revisão e as modificações que achou necessárias. Depois, escreveram um livro com o objetivo de ajudar o povo e o Governo a resolverem os problemas difíceis pelos quais estamos passando.

Os Bispos não estão pensando que vão fazer um trabalho completo, no lugar daquelas pessoas que têm obrigação, têm função de fazer isso: os ministros, os técnicos e os cientistas.

A finalidade da palavra dos Bispos é despertar a consciência de todo o mundo de boa vontade e que podem ajudar a vencer essas dificuldades, mostrando alguns pontos importantes que um verdadeiro progresso e a verdadeira política não podem esquecer. A Igreja se preocupa com isto, porque sente junto com o povo suas dificuldades e também porque estes pontos sociais sobre os quais ela vai falar, têm ligação profunda com os deveres de nossa fé.

Lemos e relemos esse documento: "Bispos falam sobre a situação de nosso País", e não vimos nada subversivo. Apenas, procurando auxiliar o Governo e nós políticos no campo social e econômico.

Não vejo onde a Igreja possa derrubar o Governo; não vai ser a Igreja que vai derrubar o Governo, não, vai ser o povo brasileiro, os cento e vinte milhões de habitantes que não suportam mais, este povo vai marchar e derrubar esse Governo mais tarde.

Obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado pelo aparte.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que ouvi atentamente e comungo com seu pensamento no que se refere ao posicionamento da Igreja. Mas, no preâmbulo desse seu pronunciamento em aparte, sentimos referência ao ilustre cidadão brasileiro, Jânio Quadros, e gostaria apenas de fazer um posicionamento como membro do Bloco Trabalhista nesta Casa, para que não fique naturalmente, omisso quanto a essa interferência.

Entendo que o Sr. Jânio Quadros, hoje, assume um papel de político que retorna à ativa, e esse papel, confesso perante essa tribuna e aos nobres companheiros, que me deixa na dúvida.

Lendo uma entrevista do Sr. Jânio Quadros, dias atrás, na Revista Manchete, deparei com posicionamentos ali que são realmente duvidosos, em vista a Delfim Neto, troca de correspondência e de elogios à atuação do Presidente da República.

Então, aguardo a visita do Sr. Jânio Quadros a Curitiba, provavelmente na próxima semana, para ter com ele uma conversa, para sentir a sua sinceridade. Porque, não o considero um fujão, é difícil você avaliar uma renúncia. Entendo que atrás de cada renúncia há um interesse, isso eu entendo, agora, não sei quais os motivos que o levaram a renunciar um cargo tão importante: ele tinha tudo na mão para, naturalmente, realizar um trabalho sério, coerente, e acabou não realizando. Os motivos, sinceramente, não posso aquilatar os motivos pessoais. Os motivos históricos são de domínio público, agora, os pessoais, não posso avaliar.

O próprio Getúlio Vargas suicidou-se para não se entregar ao monopólio internacional. Então, entendo que é difícil você fazer este tipo de avaliação.

Agora, confesso que não posso defender o Sr. Jânio Quadros, porque não conheço seus propósitos reais, diante de uma sigla trabalhista. Vamos aguardar para que possamos, depois, com responsabilidade, tomar uma posição.

Mas, quero declarar, inclusive, aproveitando o horário do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, que realmente me integrei ao PTB no tempo de Leonel Brizola. E faço aqui já, uma dissertação sobre o caso, quando Leonel Brizola ainda era o grande comandante da sigla, posteriormente, houve a defecção, o PTB foi dividido, foi fracionado, e nós então, entendemos por bem continuar no Bloco Trabalhista nesta Casa, sem atender o comando de Ivete Vargas, e sem atender comando, agora mais o menos de Leonel Brizola, porque ele partiu para outra sigla, que eu posso declarar aqui, que não posso, naturalmente, participar. Não posso, por questão de primado. Ficarei no Bloco Trabalhista, depende do dos outros dos líderes nacionais.

Do contrário, só terei um caminho, o do PMDB. Confesso que sou trabalhista, meu pai foi dirigente. Vice-Presidente do PTB no Paraná; tenho a sigla no coração, mas é claro que, se desvirtuados os propósitos desta sigla, não poderei comungar com o pensamento daqueles

que por ventura possam querer arrasar, possam querer sepultar uma sigla que é tão importante, que está no coração dos trabalhadores.

O Sr. Fiori Luiz – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Não houve ataque nenhum ao PTB. Claro, uma sigla tradicional e que precisa da juventude, da disposição de Vossa Excelência, de gente nova

Agora, abrir o tumulto, como no milagre da Bíblia, ressuscitar Jânio Quadros, cheirando a Formol, não. Respeito profundamente esta bandeira de lutas que é o PTB, esta sigla vitoriosa. Agora, é preciso também fazer uma triagem, diante do PTB.

O SR. MÁRIO CELSO – Obrigado.

O Sr. Darcy Deitos – Vossa Excelência permite um aparte? – (Assentimento).

Só queria inserir-me no seu pronunciamento, eminente Deputado, e é so com referência ao ex-Presidente Jânio Quadros, para dizer o seguinte: quem fugiu uma vez, fuge duas, três.

Então, a minha opinião é de que ele esta maculando a grande bandeira que foi o Partido Trabalhista Brasileiro, o velho PTB de Getúlio Vargas

Obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO – Muito obngado pelo seu posicionamento e apenas deixo registrado nos Anais da Casa, mas não posso concordar ainda com o seu posicionamento, porque estou em fase de avaliação. Confesso que estou em fase de reflexão, fiquei durante algum tempo no espaço; fiquei perdido completamente, porque, diante de tantas incertezas, e diante de um posicionamento maquiavélico do Governo, que conseguiu atingir totalmente o seu objetivo: conseguiu, integrado por homens da mais alta capacidade, da mais alta inteligência.

Said Farah, Golbery, são verdadeiros homens que comandam esta Nação de forma maquiavélica, mas eles conseguiram deixar-me até confuso

E, neste momento de reflexão, preferi não me precipitar e continuo nesta posição. Vou aguardar mais alguns meses, e continuo integrado ao Bloco Trabalhista que é o PTB, o meu partido de coração. Gosto, não nego, e acho que inclusive o seu programa é ideal – se bem que os programas são feitos e não são cumpridos, mas entendo que é um programa ideal

Por questão ideológica ate me identifico demais, e quero defender o trabalhador. Nasci pobre e tenho certeza que vou morrer pobre, e então, tenho que comungar com os pobres. Acho que tenho que fazer a defesa do trabalhador.

Agora eu quero fazer a defesa do trabalhador, quero fazer a defesa da maioria do povo brasileiro, que é a maioria sofredora. Não posso entrar em “fria”, entre aspas: não posso

Então, por isso, estou aguardando, estou em fase de reflexão para tomar uma posição que venho trazer de público a esta Casa. Possivelmente, continuarei integrado ao bloco trabalhista, dependendo do comportamento dos líderes nacionais.

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O Sr. Nilso Sguarezi – Vossa Excelência permite um aparte? – (Assentimento).

Vossa Excelência, ao citar o plano maquiavélico do Governo e contra o PTB, o disse bem, porque, acho que não é só nesse episódio que se pode constatar a preocupação do Governo em terminar, em expungir da história política do Brasil, todos aqueles valores que estavam arraigados na mente popular.

O episódio do prédio da UNE, que é um momento, que é a idéia materializada, parece-me que são fatos correlatos. Com a destruição do prédio da UNE, e do PTB.

Realmente, o PTB era uma coisa arraigada na mente popular, no sentimento popular. Era uma sigla que tinha tudo para se constituir num grande Partido. Porque tinha aquilo que os outros Partidos não têm. Tinha um pouco de sentimento, de mística. E esta jogada do Governo, através do Tribunal Superior Eleitoral, fazendo com que a legenda fosse entregue a quem está comprometido realmente com o atual Governo, o Governo sabiamente arrasa, propriamente, com o PTB.

Não tenho dúvidas, Deputado Mário Celso, de que o PTB será o braço que vai auxiliar o guindaste, que vai procurar auxiliar o Governo, politicamente, daqui para a frente.

Os nomes que se apontam, os comentários de basador, inclusive nesse Estado, que se anuncia figuras políticas deste Estado, propensas a ingressarem no PTB, não levam a outra conclusão. Embora a legenda esteja arraigada no sentimento popular, seria uma legenda nitidamente de autêntica oposição, o projeto de agora, é transformar um PTB governista, um PTB situacionista

Obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO – Obrigado. Espero que assim não aconteça. Mas, se acontecer, nós estaremos tomando então, o nosso caminho

Muito obrigado, Sr. Presidente. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) Consulto a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, renunciando a condição de membro efetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estuda prováveis irregularidades no DETRAN. Deferido. Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, renunciando a condição de suplente, da Comissão Parlamentar de Inquérito, para levantar prováveis irregularidades no DFTRAN. - Deferido. Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Resolução nº 21/80, (Mens. Govern. nº 19/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios especificados, celebrados entre o Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a intervenção da referida Secretaria e da COMEC, e os Municípios nomeados, visando a aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional Residual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Aprovado

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos datados de 08 de janeiro de 1980, aos Convênios celebrados em 29 de junho de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com interveniência da referida Secretaria e da COMEC, com os Municípios adiante especificados.

Município	Número do convênio
ALMIRANTE TAMANDAKÉ	121/79
ARAUCÁRIA	122/79
COLOMBO	126/79
PIRAQUARA	128/79
QUATRO BARRAS	129/79
RIO BRANCO DO SUL	130/79,

objetivando a aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Lineu Turra, Relator

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

9 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.